DIPLOMACIA ESTRATÉGICA DE ANGOLA NUM SISTEMA INTERNACIONAL EM TRANSFORMAÇÃO: O PAPEL DO PAÍS NA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS, NO CORREDOR DO LOBITO E NA RECONFIGURAÇÃO GEOPOLÍTICA DE ÁFRICA

STRATEGIC DIPLOMACY OF ANGOLA IN AN INTERNATIONAL SYSTEM IN TRANSFORMATION: O PAPEL DO PAÍS NA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS, NO CORREDOR DO LOBITO E NA RECONFIGURAÇÃO GEOPOLITICA DE ÁFRICA

DIPLOMACIA ESTRATÉGICA DE ANGOLA EN UN SISTEMA INTERNACIONAL EN TRANSFORMACIÓN: EL PAPEL DEL PAÍS EN LA MEDIACIÓN DE CONFLICTOS, EN EL CORREDOR DEL LOBITO Y EN LA RECONFIGURACIÓN GEOPOLÍTICA DE ÁFRICA

10.56238/IIMultiCientifica-165

Lourenço Pinto Francisco Kwenda
Doutorando em Gestão Empresarial
Instituição: Universidade Internacional Iberoamericana do México
E-mail: francisloydemar@gmial.com
Orcid: 0009-0002-1298-0782

RESUMO

A transformação acelerada do sistema internacional tem produzido novas disputas de influência, competição por recursos estratégicos, reconfiguração das alianças geopolíticas e crescente valorização da capacidade dos Estados africanos de definirem agendas próprias. Neste contexto, Angola assume uma posição particularmente relevante no continente africano, combinando localização geoestratégica, recursos naturais, acesso ao Atlântico, participação activa nos mecanismos de paz e segurança africanos e crescente importância do Corredor do Lobito. O presente artigo analisa a evolução da diplomacia estratégica angolana e procura compreender de que forma Angola pode converter a sua capacidade política, económica, geoestratégica e diplomática em maior influência internacional. A investigação adopta uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e analítico-descritiva, baseada em revisão bibliográfica e documental. Argumenta-se que a diplomacia angolana deve evoluir de uma diplomacia predominantemente político-estatal para uma diplomacia estratégica multidimensional, capaz de articular mediação de conflitos, diplomacia económica, segurança regional, recursos minerais críticos, conectividade, diplomacia pública e relações com as principais potências globais. O artigo propõe, como resultado, um modelo conceptual denominado Modelo de Diplomacia Estratégica Multidimensional de Angola (DEMA), estruturado em cinco dimensões: paz e segurança; diplomacia económica; geopolítica e conectividade; diplomacia pública; e ciência, tecnologia e inovação. Conclui-se que a consolidação de Angola como potência diplomática regional dependerá menos da dimensão formal da sua presença externa e mais da capacidade de transformar activos geopolíticos em instrumentos permanentes de influência, negociação e defesa do interesse nacional.

Palavras-chave: Diplomacia Estratégica. Geopolítica. Corredor do Lobito. Diplomacia Económica.

ABSTRACT
The accelerated transformation of the international system has produced new disputes of influence, competition for strategic resources, reconfiguration of geopolitical alliances and growing appreciation of the ability of African states to define their own agendas. In this context, Angola assumes a particularly relevant position on the African continent, combining geostrategic location, natural resources, access to the Atlantic, active participation in African peace and security mechanisms and growing importance of the Lobito Corridor. This article analyses the evolution of Angolan strategic diplomacy and seeks to understand how Angola can convert its political, economic, geostrategic and diplomatic capacity into greater international influence. The research adopts a qualitative approach, of exploratory and analytical-descriptive nature, based on a bibliographic and documentary review. It is argued that Angolan diplomacy must evolve from a predominantly political-state diplomacy to a multidimensional strategic diplomacy, capable of articulating conflict mediation, economic diplomacy, regional security, critical mineral resources, connectivity, public diplomacy and relations with the main global powers. The article proposes, as a result, a conceptual model called the Model of Multidimensional Strategic Diplomacy of Angola (DEMA), structured in five dimensions: peace and security; economic diplomacy; geopolitics and connectivity; public diplomacy; and science, technology and innovation. It is concluded that the consolidation of Angola as a regional diplomatic power will depend less on the formal dimension of its external presence and more on the ability to transform geopolitical assets into permanent instruments of influence, negotiation and defense of national interest.

Keywords: Strategic Diplomacy. Geopolitics. Lobito Corridor. Economic Diplomacy.

RESUMEN
La acelerada transformación del sistema internacional ha generado nuevas disputas por la influencia, competencia por recursos estratégicos, reconfiguración de alianzas geopolíticas y un creciente reconocimiento de la capacidad de los Estados africanos para definir sus propias agendas. En este contexto, Angola ocupa una posición particularmente relevante en el continente africano, gracias a su ubicación geoestratégica, sus recursos naturales, su acceso al Atlántico, su participación activa en los mecanismos africanos de paz y seguridad, y la creciente importancia del Corredor de Lobito. Este artículo analiza la evolución de la diplomacia estratégica angoleña y busca comprender cómo Angola puede transformar su capacidad política, económica, geoestratégica y diplomática en una mayor influencia internacional. La investigación adopta un enfoque cualitativo, exploratorio y analítico-descriptivo, basado en la revisión bibliográfica y documental. Sostiene que la diplomacia angoleña debe evolucionar de una diplomacia predominantemente político-estatal a una diplomacia estratégica multidimensional, capaz de articular la mediación de conflictos, la diplomacia económica, la seguridad regional, los recursos minerales críticos, la conectividad, la diplomacia pública y las relaciones con las principales potencias mundiales. Este artículo propone, como resultado, un modelo conceptual denominado Modelo Multidimensional de Diplomacia Estratégica de Angola (DEMA), estructurado en cinco dimensiones: paz y seguridad; diplomacia económica; geopolítica y conectividad; diplomacia pública; y ciencia, tecnología e innovación. Concluye que la consolidación de Angola como potencia diplomática regional dependerá menos de la dimensión formal de su presencia externa y más de su capacidad para transformar los activos geopolíticos en instrumentos permanentes de influencia, negociación y defensa de los intereses nacionales.

Palabras clave: Diplomacia Estratégica. Geopolítica. Corredor de Lobito. Diplomacia Económica.

1 INTRODUÇÃO

O sistema internacional contemporâneo encontra-se submetido a profundas transformações. A ordem internacional construída no período posterior à Guerra Fria apresenta sinais de fragmentação, enquanto novas disputas de poder entre grandes potências, conflitos regionais, competição por recursos estratégicos, transição energética, transformação tecnológica e emergência de novos actores vêm alterando as formas tradicionais de exercício da política externa.

África ocupa uma posição cada vez mais importante neste processo. O continente dispõe de recursos minerais críticos para a transição energética e para as indústrias tecnológicas, possui uma população jovem e crescente, apresenta mercados em expansão e ocupa posições geográficas fundamentais nas rotas comerciais internacionais. Consequentemente, Estados africanos passaram a constituir objectos e, simultaneamente, sujeitos da competição geopolítica internacional.

É neste ambiente que Angola adquire particular relevância. A sua posição geográfica, a extensão da costa atlântica, os recursos naturais, a dimensão territorial, a inserção na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), a participação na União Africana e a sua experiência diplomática na prevenção e resolução de conflitos conferem ao país instrumentos importantes de projecção internacional.

A experiência recente demonstra que Angola possui capacidade para assumir responsabilidades diplomáticas superiores à sua dimensão económica. A actuação angolana nos processos relacionados com a paz e segurança na região dos Grandes Lagos constitui um exemplo importante dessa capacidade. Paralelamente, o Corredor do Lobito transformou-se num activo geoeconómico de elevada relevância, atraindo o interesse de diferentes actores internacionais devido à sua importância para a circulação de minerais críticos da África Central. A literatura recente identifica precisamente o corredor como um espaço de competição estratégica entre diferentes potências e modelos de presença económica em África. (Le Monde.fr)

Deste modo, coloca-se a seguinte questão central:

Como pode Angola transformar a sua posição geopolítica, capacidade de mediação e activos económicos estratégicos numa diplomacia mais influente e capaz de defender os interesses nacionais no sistema internacional contemporâneo?

A questão torna-se ainda mais relevante perante a necessidade de Angola equilibrar relações com diferentes centros de poder: Estados Unidos, China, União Europeia, Rússia, Índia, Brasil e países africanos, sem ficar excessivamente dependente de qualquer bloco geopolítico.

O objectivo geral deste artigo consiste em analisar as possibilidades de fortalecimento da diplomacia estratégica angolana num sistema internacional caracterizado pela competição entre potências, pela valorização dos recursos estratégicos e pela crescente centralidade geopolítica de África.

Especificamente, pretende-se:

1. analisar as principais transformações do ambiente internacional que afectam a política externa angolana;
2. compreender a evolução da diplomacia angolana enquanto instrumento de projecção do interesse nacional;
3. analisar o papel de Angola na paz e segurança regional;
4. avaliar o potencial estratégico do Corredor do Lobito;
5. discutir a importância da diplomacia económica e dos minerais críticos;
6. propor um modelo de diplomacia estratégica aplicável ao contexto angolano.

2 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1 DIPLOMACIA ESTRATÉGICA

A diplomacia deixou de estar limitada à negociação política entre governos. No século XXI, os Estados utilizam simultaneamente instrumentos económicos, tecnológicos, culturais, militares, informacionais e comunicacionais para alcançar objectivos externos. **A diplomacia estratégica pode, assim, ser entendida como a utilização coordenada dos diferentes recursos de poder de um Estado para atingir objectivos nacionais de médio e longo prazo.**

Não se deve afirmar que existe uma única visão dos angolanos, sobre a Diplomacia, há percepções diferentes conforme a experiência, formação e contacto com assuntos internacionais. Mas é possível identificar alguns entendimentos recorrentes na maior parte. Para muitos, Diplomacia é entendida como "**representar Angola no exterior**". É provavelmente a compreensão mais tradicional porque o diplomata é visto como aquele que representa o Estado numa embaixada, consulado ou organização internacional. Esse entendimento tem fundamento institucional. A própria legislação angolana atribui ao diplomata funções de representação, negociação, participação na formulação e execução da política externa e promoção da cultura e dos valores nacionais.

2.2 ANGOLA PERANTE A TRANSFORMAÇÃO DA ORDEM INTERNACIONAL

A posição internacional de Angola deve ser compreendida dentro de um ambiente caracterizado pela multipolaridade. Durante décadas, grande parte da política internacional foi estruturada em torno de relações relativamente previsíveis entre grandes centros de poder. Actualmente, verifica-se uma maior dispersão do poder e uma competição simultânea em diferentes domínios.

Para Angola, esta transformação representa simultaneamente risco e oportunidade. **O risco decorre da possibilidade de o país ficar sujeito à pressão ou dependência de determinados parceiros externos. A oportunidade resulta da possibilidade de Angola utilizar a competição**

entre diferentes actores para negociar melhores condições de financiamento, investimento, transferência tecnológica, infra-estruturas e acesso aos mercados.

Neste sentido, a política externa angolana deve evitar uma lógica de alinhamento automático. Uma estratégia mais adequada seria a adopção de uma diplomacia de equilíbrio estratégico, caracterizada pela capacidade de estabelecer relações funcionais com diferentes centros de poder sem comprometer a soberania decisória do Estado.

2.3 ANGOLA COMO ACTOR DE PAZ E SEGURANÇA EM ÁFRICA

Uma das principais áreas de projecção diplomática de Angola encontra-se na paz e segurança regional. A experiência angolana demonstra que o país possui condições para desempenhar funções de mediação e facilitação diplomática em conflitos africanos.

A actuação de Angola nos processos relacionados com a República Democrática do Congo e a região dos Grandes Lagos demonstra a importância da diplomacia presidencial e da capacidade de diálogo com diferentes actores. Entretanto, a experiência também demonstra que a influência diplomática não é permanente por si só. Ela necessita de instituições, conhecimento especializado, recursos e continuidade estratégica.

A entrada de outros actores externos em processos de mediação africanos demonstra precisamente a crescente competição pela influência diplomática no continente. (Le Monde.fr)

Assim, Angola deve transformar a sua experiência de mediação numa capacidade diplomática institucionalizada, através de:

1. Centros de estudos estratégicos;
2. Formação especializada de diplomatas;
3. Mecanismos de alerta precoce;
4. Equipas de mediação;
5. Inteligência diplomática;
6. Diplomacia preventiva;
7. Cooperação com a união africana e organizações regionais.

A diplomacia de paz pode, desta forma, tornar-se uma das principais marcas internacionais de Angola.

2.4 O PAPEL DA ACADEMIA DIPLOMÁTICA VENÂNCIO DE MOURA NO QUADRO DA DIPLOMACIA ESTRATÉGICA EM ANGOLA

Cinco anos depois, já é possível ultrapassar a visão tradicional da academia diplomática como simples espaço de formação de diplomatas e analisá-la como instrumento de produção de conhecimento, preparação estratégica e projecção dos interesses nacionais de Angola.

A Academia Diplomática Venâncio de Moura (ADVM) foi criada pelo Decreto Presidencial n.º 5/21, de 4 de Janeiro, e inaugurada em 12 de Novembro de 2020. A sua missão inclui a formação com rigor e excelência e a promoção de uma cultura de investigação orientada para a paz, cooperação e desenvolvimento.

Imagem 1 – Academia Diplomática VDM



Fonte: Autor

2.4.1 ADVM como instrumento de diplomacia estratégica de Angola, ensino, conhecimento e projecção do interesse nacional no sistema internacional

Tal como referenciado no enquadramento teórico, a diplomacia não deve ser visto somente na vertente representativa, pois, a diplomacia é muito mais ampla do que representação. **Diplomacia é entendida como negociação entre Estados**. Outra percepção bastante comum é associar diplomacia à capacidade de negociar, dialogar, evitar conflitos e alcançar acordos. A título de exemplo, o MIREX apresenta actualmente a diplomacia angolana, associada à paz, diálogo e reconciliação, destacando o papel de Angola como mediador e facilitador de processos de paz em África.

Em Julho de 2026, o MIREX destacou a diplomacia económica como instrumento para atrair investimento estrangeiro, promover exportações e divulgar oportunidades de negócio através das missões diplomáticas. Isto, faz perceber a diplomacia como instrumento de desenvolvimento económico. Alias, a Academia Diplomática Venâncio de Moura, gizou um plano andragógico para ensinar a diplomacia para além da representação, percepções, desafios estratégicos e a necessidade de uma nova cultura diplomática em angola. Na visão da Academia, a diplomacia angolana não deve ser compreendida exclusivamente como uma actividade dos diplomatas ou do Ministério das

Relações Exteriores, mas como um instrumento estratégico do Estado para defender interesses nacionais, promover desenvolvimento, construir influência, garantir segurança e projectar a imagem de Angola no sistema internacional.

Neste sentido, uma nova cultura diplomática nacional deve aproximar Estado, academia, sector privado, comunicação social, juventude, sociedade civil e cidadãos angolanos no exterior da estratégia de projecção internacional do país, capaz de:

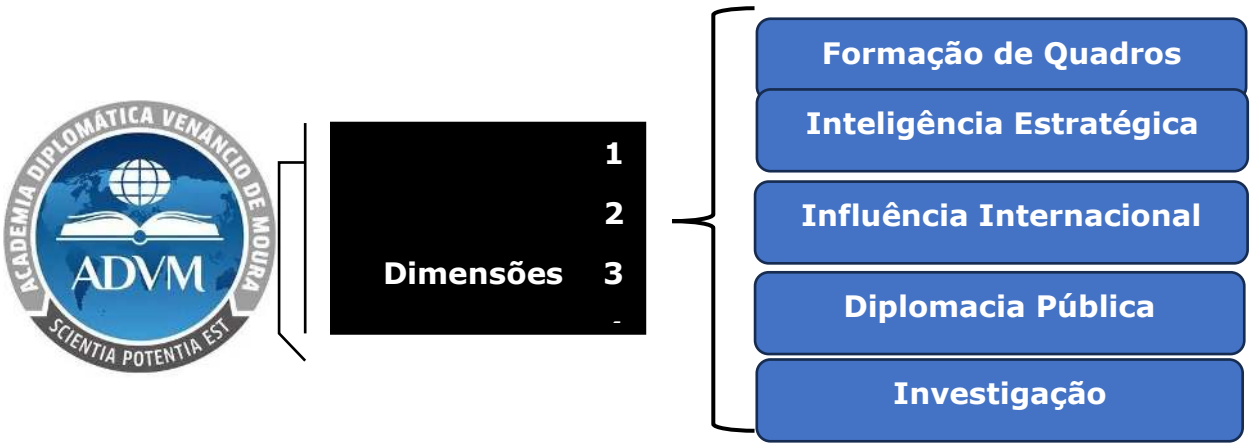
1. Influenciar agendas internacionais;
2. Formar coalizões;
3. Mediar conflitos;
4. Atrair investimento;
5. Proteger interesses económicos;
6. Projectar uma imagem positiva;
7. Influenciar a opinião pública internacional;
8. Participar na definição das regras internacionais.

A literatura sobre Angola já identificava a crescente necessidade de adaptação da política externa às transformações geopolíticas e geoeconómicas internacionais. Estudos anteriores também destacam a importância das organizações regionais africanas para a projecção dos interesses angolanos. (CMI - Chr. Michelsen Institute)

A crescente complexidade do sistema internacional exige que a diplomacia angolana deixe de estar limitada à representação formal do Estado e passe a incorporar competências de análise estratégica, antecipação de riscos, comunicação diplomática, diplomacia pública, inteligência estratégica, negociação multilateral e construção de influência.

É neste contexto que o papel da Academia Diplomática Venâncio de Moura na formação de capacidades diplomáticas e estratégicas se revela preponderante, capaz de fortalecer a actuação externa e a projecção dos interesses nacionais de Angola. A capacidade da ADVM de integrar formação especializada, investigação científica, análise estratégica, inovação e cooperação internacional, é, de facto, uma contribuição para o fortalecimento da diplomacia estratégica e para a projecção dos interesses nacionais, em cinco dimensões:

Imagem 2 – Dimensões da ADVM



Fonte: Autor

Esta abordagem encontra respaldo na própria evolução recente da Academia. Em 2026, por exemplo, a ADVM participou na realização de uma conferência internacional com instituições académicas e governamentais, reforçando uma dinâmica de diplomacia académica e cooperação internacional.

Também existem iniciativas de formação orientadas para novos perfis diplomáticos, como o programa "Diplomatas para o Futuro", que combina componentes teóricas e práticas e procura preparar quadros para actuar não apenas na carreira diplomática, mas também nos sectores público, privado e nas organizações internacionais.

Há necessidade de uma maior inserção de quadros angolanos nos diferentes organismos internacionais. Neste contexto, a ADVM, augura que o TDF possa constituir um ponto de partida para a preparação de mais angolanos para o exercício de funções nesses organismos, com diferentes perspectivas, através de módulos práticos dedicados à compreensão das Relações Internacionais, Geopolítica, Protocolo, Negociação, Diplomacia Económica, Cooperação Internacional e outras áreas afins que objectivam a Agenda 2063 da União Africana, com destaque para prioridades como a independência financeira e a autossuficiência, a reforma institucional e governamental, o reforço dos mecanismos de paz e segurança, o desenvolvimento de infra-estruturas, bem como a educação e o desenvolvimento do capital humano.

Imagem 3: Programa de Treinamento Diplomatas do Futuro



Fonte: Academia DVM

A própria Academia estabelece como visão tornar-se uma academia diplomática de referência internacional, com formação de qualidade e investigação científica inovadora nas áreas de Relações Internacionais e Diplomacia.

Com vista à materialização da cooperação institucional entre a Academia Diplomática Venâncio de Moura (ADVM) e o Instituto Diplomático Português (ID), as congêneres procedem análise aprofundada dos principais eixos de implementação do Acordo de Cooperação assinado a 6 de Março de 2019, centrado na formação e capacitação de funcionários técnicos e diplomáticos dos respectivos países.

Movidos pelo entendimento de que os instrumentos de cooperação devem traduzir-se em resultados concretos, as partes definiram um conjunto de acções prioritárias, entre as quais, formações nas áreas da Prevenção e Mediação de Conflitos, Arquivos Diplomáticos, bem como a criação de programas de estágio destinados a jovens diplomatas, reafirmando na prática, o compromisso mútuo com o fortalecimento da cooperação bilateral, a partilha de conhecimentos e experiências e a valorização do capital humano, contribuindo para o desenvolvimento de uma formação diplomática cada vez mais especializada, moderna e alinhada com os desafios da diplomacia contemporânea.

Imagem 4: Acordo de Cooperação Diplomática entre a Angola e Portugal



Fonte: ADVM

Para a ADVM, a diplomacia estratégica de Angola, não se limita somente nas acções de reforço da cooperação institucional mas, também na partilha de experiências em matéria de formação e desenvolvimento de quadros, prova disto, uma Delegação do 39.º Curso de Comando e Estado-Maior do Zimbabwe efectuou, a 04 de Agosto de 2026, uma visita de constatação à Academia Diplomática Venâncio de Moura.

Esta iniciativa, constitue importante instrumento de aproximação entre instituições e de fortalecimento das relações de cooperação, destacando a oportunidade de conhecer de perto o funcionamento da Academia Diplomática Venâncio de Moura, suas valências formativas e seu modelo de capacitação de quadros.

Imagem 5: Visita da Delegação Zimbuabueana à ADVM



Fonte: ADVM

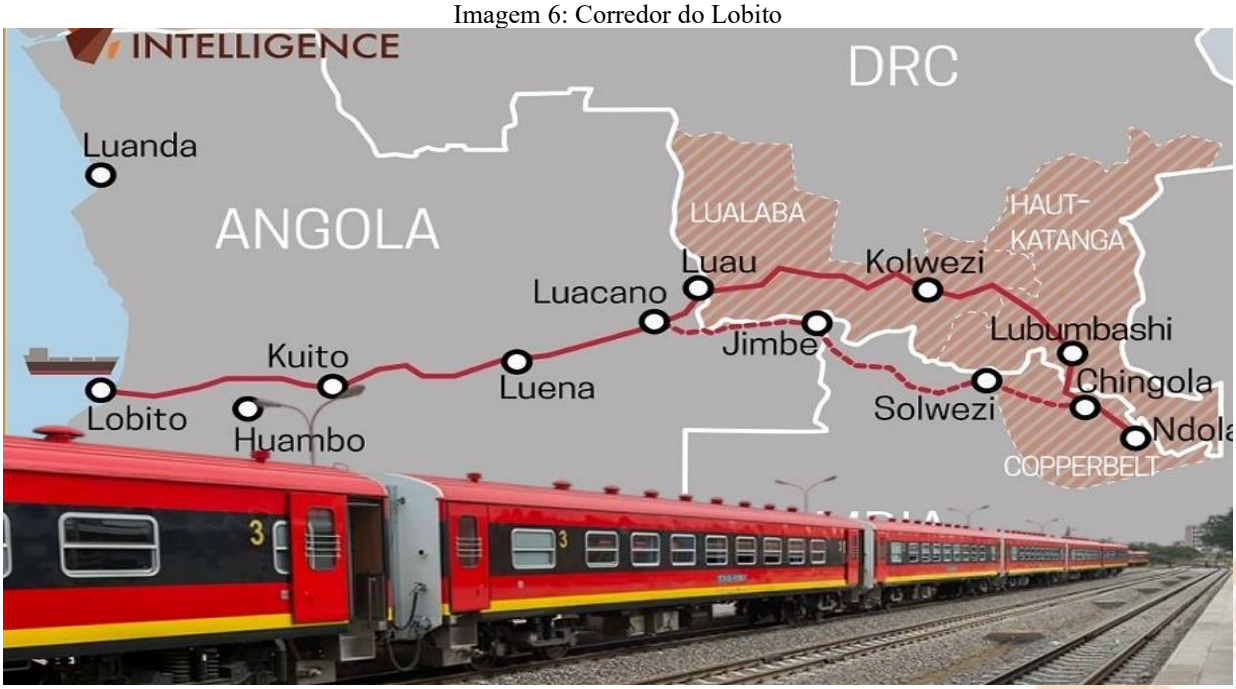
2.5 O CORREDOR DO LOBITO COMO INSTRUMENTO DE DIPLOMACIA ECONÓMICA E GEOPOLÍTICA

O Corredor do Lobito constitui provavelmente um dos activos geopolíticos mais importantes de Angola na actualidade. A sua relevância ultrapassa a dimensão infra-estrutural.

O corredor conecta o território angolano às regiões mineiras da República Democrática do Congo e da Zâmbia, permitindo o acesso ao Oceano Atlântico e oferecendo uma alternativa

estratégica para o transporte de minerais críticos. O interesse internacional pelo corredor está associado, entre outros factores, à crescente importância do cobre, cobalto e outros minerais necessários às indústrias tecnológicas, energéticas e de defesa. (Financial Times)

Imagem 6: Corredor do Lobito



Fonte: Internet

Consequentemente, o Lobito pode ser interpretado como:

Imagem 7: Interpretação do CL



Fonte: Autor

Esta característica transforma o corredor num instrumento de poder nacional. Angola não deve limitar-se a ser o território de passagem das mercadorias. Deve procurar posicionar-se como centro logístico, financeiro, industrial e diplomático da cadeia de valor regional. Isso significa

negociar não apenas receitas de transporte, mas sobretudo procurar mediar para atrair o investimento dos intervenientes, através de:

1. Instalação de indústrias;
2. Processamento local de minerais;
3. Desenvolvimento tecnológico;
4. Formação profissional;
5. Emprego;
6. Agricultura comercial;
7. Infra-estruturas energéticas;
8. Telecomunicações;
9. Zonas económicas especiais;
10. Integração dos mercados da África central e austral.

2.6 DIPLOMACIA ECONÓMICA E DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA ANGOLANA

No contexto económico atual, a dependência excessiva das receitas petrolíferas constitui uma vulnerabilidade estratégica. Uma diplomacia moderna deve contribuir directamente para a diversificação da economia. Desta forma, a diplomacia económica deve assumir uma posição central na política externa angolana, focada para a promoção do investimento, identificação de mercados, internacionalização das empresas angolanas, promoção do turismo, captação de tecnologia, promoção das exportações, estabelecimento de parcerias científicas e cooperação universitária.

O diplomata do século XXI deve ser simultaneamente negociador político, analista geopolítico e promotor dos interesses económicos nacionais. Esta mudança exige uma aproximação mais forte entre o Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Economia e Planeamento, Ministério da Indústria e Comércio, sector privado, universidades, órgãos de defesa e segurança e demais instituições estratégicas.

2.7 DIPLOMACIA PÚBLICA E REPUTAÇÃO INTERNACIONAL DE ANGOLA

Outro domínio ainda subaproveitado é a diplomacia pública. Num ambiente internacional marcado pelas redes sociais, comunicação digital e inteligência artificial, a reputação de um Estado tornou-se um activo estratégico. A percepção internacional sobre Angola influencia bastante no investimento estrangeiro, turismo, cooperação, credibilidade diplomática, relações comerciais e na capacidade de influência. Por isso, Angola necessita de uma estratégia integrada de Nation Branding.

Essa estratégia deveria apresentar internacionalmente uma Angola associada a paz, estabilidade, investimento, cultura, inovação, recursos estratégicos, juventude e oportunidades.

A diplomacia pública deve também utilizar os meios digitais, incluindo plataformas sociais, produção audiovisual, comunicação multilingue e mecanismos de combate à desinformação.

No âmbito da diplomacia pública, esses elementos representam uma evolução importante da atuação internacional de Angola, a diplomacia deixa de estar concentrada apenas nas relações políticas entre Estados e passa também a funcionar como instrumento de projecção económica, construção de reputação e influência internacional.

A diplomacia pública procura influenciar a percepção que governos, investidores, empresas, universidades, meios de comunicação e sociedades estrangeiras têm de um país. Para Angola, isso significa construir uma imagem internacional associada não apenas ao petróleo e aos diamantes, mas também a oportunidades de investimento, estabilidade, potencial agrícola, turismo, energia, logística, inovação e recursos minerais.

Imagem 8: Angola no centro da diplomacia Mundial



Fonte: CIPRA

A diplomacia pública também cria um ambiente de confiança que facilita a negociação de acordos económicos. Quando Angola demonstra internacionalmente que pretende ser um parceiro previsível, aberto ao investimento e comprometido com reformas, aumenta a sua capacidade de negociar condições favoráveis para empresas e produtos angolanos.

O desafio é que reputação não se constrói apenas através da comunicação diplomática. Existe uma diferença entre projetar uma imagem e possuir uma reputação. A primeira pode ser construída por campanhas; a segunda resulta da experiência concreta dos investidores, parceiros, turistas, empresas e governos.

Por isso, para Angola, a diplomacia pública precisa estar acompanhada de boa governação, transparência, segurança jurídica, previsibilidade económica, combate à corrupção, eficiência institucional e resultados concretos. A diplomacia pública pode transformar a reputação internacional de Angola num verdadeiro activo estratégico. O objectivo não deve ser apenas convencer o mundo de que Angola tem petróleo, diamantes e outros recursos, mas convencer investidores, parceiros e sociedades estrangeiras de que Angola é um país confiável, competitivo, aberto à cooperação e capaz de transformar os seus recursos em desenvolvimento sustentável e oportunidades internacionais, esta tarefa é de todos nós.

2.8 INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E NOVA DIPLOMACIA

A revolução tecnológica introduziu uma nova dimensão na política externa. A inteligência artificial permite analisar grandes volumes de informação, identificar tendências, acompanhar crises, estudar discursos políticos e apoiar processos de tomada de decisão.

Estudos recentes sobre diplomacia digital demonstram que a IA está a transformar as práticas diplomáticas, embora também apresente riscos relacionados com segurança, desinformação e decisões automatizadas. Para Angola, a modernização diplomática deve incluir, inteligência diplomática, análise de dados, monitorização geopolítica, diplomacia digital, cibersegurança, capacitação tecnológica dos diplomatas, essim como, sistemas de apoio à decisão.

A diplomacia do futuro será cada vez mais baseada na capacidade de antecipar acontecimentos, e não apenas reagir a eles.

2.9 PROPOSTA DE UM MODELO DE DIPLOMACIA ESTRATÉGICA MULTIDIMENSIONAL DE ANGOLA — DEMA

Com base na análise desenvolvida, propõe-se o Modelo de Diplomacia Estratégica Multidimensional de Angola (DEMA). O modelo estrutura-se em cinco dimensões:

2.9.1 Dimensão I — Paz e Segurança

- Mediação de conflitos;
- Diplomacia preventiva;
- Segurança regional;
- Cooperação militar e policial;

- Combate às ameaças transnacionais.

2.9.2 Dimensão II — Diplomacia Económica

- Investimento;
- Comércio;
- Energia;
- Agricultura;
- Turismo;
- Internacionalização empresarial.

2.9.3 Dimensão III — Geopolítica e Conectividade

- Corredor do Lobito;
- Atlântico Sul;
- SADC;
- Grandes Lagos;
- Integração continental;
- Minerais críticos.

2.9.4 Dimensão IV — Diplomacia Pública

- Comunicação estratégica;
- Reputação internacional;
- Cultura;
- Diáspora;
- Diplomacia digital;
- Combate à desinformação.

2.9.5 Dimensão V — Ciência, Tecnologia e Inovação

- Inteligência artificial;
- Cibersegurança;
- Investigação científica;
- Universidades;
- Transferência tecnológica;
- Inovação diplomática.

2.10 A DIPLOMACIA ENTRE O PODER, O DIÁLOGO E A CONSTRUÇÃO DE PONTES NUM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO

A diplomacia atravessa uma profunda transformação. Durante séculos, esteve associada sobretudo à representação dos Estados, à negociação entre governos e à gestão formal das relações internacionais. No século XXI, porém, a expansão da interdependência económica, a multiplicação dos atores internacionais, a emergência da diplomacia pública e digital, as crises de segurança, as alterações climáticas, a inteligência artificial e a crescente disputa pela influência internacional ampliaram significativamente o seu campo de atuação. A diplomacia é uma das instituições mais antigas da vida internacional. Muito antes da existência do sistema internacional contemporâneo, comunidades políticas já recorriam a emissários, mensageiros, negociadores e representantes para comunicar interesses, estabelecer alianças, evitar confrontos e resolver disputas.

A transformação tecnológica acrescentou uma nova dimensão a esse processo. A literatura recente distingue a simples digitalização de procedimentos daquilo que pode ser denominado diplomacia digital, entendida como uma transformação mais ampla das práticas, relações e formas de comunicação diplomática.

Consequentemente, a diplomacia contemporânea encontra-se perante um paradoxo: quanto maior é a capacidade tecnológica de comunicação, maior pode ser também a dificuldade de construir confiança e alcançar consensos.

As redes digitais permitem aproximar sociedades e governos, mas também podem ampliar desinformação, polarização e realidades mediadas conflitantes. Estudos recentes sobre diplomacia pública identificam precisamente esse problema, argumentando que o desafio contemporâneo não consiste apenas em transmitir narrativas, mas em construir espaços de diálogo capazes de aproximar perceções divergentes da realidade. Paralelamente, os conflitos internacionais continuam a demonstrar a importância da diplomacia como mecanismo de prevenção e resolução de crises. As Nações Unidas definem a diplomacia preventiva como a acção diplomática destinada a impedir que disputas evoluam para conflitos e a limitar a expansão daqueles que já ocorreram.

O ambiente internacional contemporâneo alterou vários desses pressupostos. A diplomacia passou a coexistir com diplomacia pública, diplomacia económica, diplomacia cultural, diplomacia científica, diplomacia ambiental, diplomacia humanitária, diplomacia digital, diplomacia parlamentar, diplomacia das cidades, mediação internacional e a comunicação estratégica. Além disso, organizações internacionais e actores não estatais passaram a exercer influência crescente nos processos internacionais.

2.10.1 Diplomacia e poder

Uma das questões fundamentais da diplomacia é a relação entre poder e influência. Durante muito tempo, o poder internacional foi frequentemente associado à capacidade militar e económica. Entretanto, Joseph Nye contribuiu decisivamente para ampliar essa discussão através do conceito de soft power, definido como a capacidade de obter resultados por meio da atração e da persuasão, em contraste com a coerção ou o pagamento.

A importância dessa abordagem para a diplomacia é significativa que um Estado pode possuir recursos militares e económicos importantes e, ainda assim, enfrentar dificuldades para obter cooperação internacional. Da mesma forma, um país com recursos materiais relativamente limitados pode desenvolver capacidade de influência através da sua cultura, credibilidade, educação, ciência, valores, cooperação, capacidade de mediação e reputação internacional.

A diplomacia encontra-se precisamente na interseção entre esses diferentes recursos. Nesse sentido, a influência diplomática não deve ser confundida simplesmente com capacidade de impor uma vontade, a influência pode ser construída através da credibilidade e a credibilidade depende, entre outros factores, da coerência entre aquilo que um Estado comunica e aquilo que efetivamente faz.

Nye, posteriormente aprofundou a relação entre hard power e soft power, defendendo uma combinação estratégica dos dois recursos, denominada smart power. Assim, a diplomacia contemporânea não pode ser reduzida nem à força nem à persuasão. Ela opera frequentemente na combinação entre recursos materiais, capacidade institucional, comunicação e construção de confiança.

2.10.2 Diplomacia pública: quando o destinatário deixa de ser apenas o governo

Uma das maiores transformações da diplomacia contemporânea está relacionada com o surgimento da diplomacia pública, na diplomacia tradicional, o interlocutor principal era outro governo, na diplomacia pública, o público estrangeiro também se torna destinatário.

Universidades, meios de comunicação, estudantes, empresários, organizações sociais, comunidades culturais e cidadãos passam a integrar o espaço diplomático. Isto altera profundamente a lógica da representação. O diplomata não comunica apenas com governos, comunica também com sociedades. Consequentemente, a reputação internacional de um país passa a depender não apenas de tratados ou acordos, mas também da forma como esse país é percebido pelos públicos internacionais.

A literatura recente mostra que a diplomacia pública passou por uma transformação significativa com a expansão das tecnologias digitais e das redes sociais.

2.10.3 Diplomacia digital: a nova fronteira

A digitalização representa uma das maiores transformações contemporâneas da atividade diplomática. Hoje, em muitos casos, uma embaixada mantém presença permanente nas redes sociais, divulga posições oficiais, responde a cidadãos, promove cultura, apresenta oportunidades económicas e participa de debates internacionais.

A diplomacia digital, porém, não deve ser confundida simplesmente com possuir uma página numa rede social. A investigação contemporânea mostra que a transformação digital altera práticas, relações e formas de organização da própria diplomacia.

A tecnologia oferece velocidade, mas a diplomacia exige prudência. Essa contradição merece atenção, uma declaração diplomática tradicional poderia passar por diferentes níveis de revisão antes de ser divulgada. Nas redes sociais, uma mensagem pode ser publicada em segundos e reproduzida milhares ou milhões de vezes.

A literatura contemporânea demonstra que o espaço digital não produz apenas novas oportunidades de influência; também pode contribuir para fragmentação, desinformação e conflito entre diferentes perceções da realidade. Assim, a diplomacia digital precisa de uma competência fundamental, saber quando comunicar e quando não comunicar.

A inteligência artificial acrescenta uma nova camada à transformação diplomática. Um estudo recente sobre diplomacia pública e IA chama atenção para o problema da incerteza: sistemas generativos podem apresentar uma resposta aparentemente segura mesmo quando a realidade é complexa ou incerta. A diplomacia não opera apenas com dados, opera também com contexto, interpretação, confiança, cultura, perceção, oportunidade e prudência, a inteligência artificial pode apoiar o diplomata, mas não elimina a necessidade de julgamento humano.

O futuro provavelmente não será caracterizado por uma escolha simples entre diplomatas e inteligência artificial, mas pela capacidade de construir uma relação funcional entre inteligência humana e inteligência artificial.

2.10.4 Diplomacia económica

A diplomacia contemporânea possui também uma dimensão económica cada vez mais importante. A diplomacia económica pode contribuir para atração de investimento, promoção das exportações, internacionalização das empresas, captação de tecnologia, promoção do turismo, cooperação científica, criação de parcerias a para abertura de novos mercados.

Para países em desenvolvimento, no caso de Angola, esta dimensão pode assumir particular importância. Talvez uma das funções mais importantes da diplomacia seja aquela que frequentemente recebe menos atenção pública: evitar que uma crise se transforme em guerra em função dos recursos minerais e naturais que um país pode possuir.

Todavia, a diplomacia económica exigirá estrategicamente a adopção da diplomacia preventiva para que se garanta a intervenção antes que as tensões atinjam níveis irreversíveis.

Segundo as Nações Unidas, a prevenção diplomática envolve ações destinadas a impedir a escalada de disputas e pode incluir mediação, enviados especiais, bons ofícios e outras formas de intervenção diplomática. Esta lógica é particularmente relevante num contexto internacional caracterizado por múltiplos conflitos e tensões geopolíticas.

Em 2024, as Nações Unidas destacaram a necessidade de reforçar estratégias inclusivas de prevenção e de enfrentar as causas profundas dos conflitos. A diplomacia preventiva demonstra, portanto, que o sucesso diplomático nem sempre é visível, as vezes, o maior sucesso diplomático é aquilo que não aconteceu.

Dois Estados podem possuir interesses divergentes e, ainda assim, cooperar se houver confiança suficiente na palavra, nos compromissos e nos mecanismos de negociação, por outro lado, Estados com interesses aparentemente convergentes podem entrar em conflito quando existe ausência de confiança. Por isso, a diplomacia não deve ser entendida apenas como a arte de convencer, é também a arte de escutar.

O continente africano constitui um espaço particularmente importante para o estudo da diplomacia contemporânea. Alguns estados africanos enfrentam desafios relacionados com segurança, desenvolvimento, integração regional, comércio, alterações climáticas, migração, terrorismo, conflitos internos, segurança alimentar e transformação tecnológica. Partindo deste pressuposto, a diplomacia africana possui uma dimensão que ultrapassa a relação bilateral entre Estados, a cooperação regional e continental torna-se fundamental.

No caso de Angola, a diplomacia pode ser analisada a partir da sua participação em processos relacionados com paz e segurança regional. Um documento apresentado pelo representante de Angola ao Conselho de Segurança das Nações Unidas em abril de 2024 destacou o diálogo como um dos principais instrumentos políticos e diplomáticos para procurar uma solução política e sustentável para os problemas de conflito e insegurança na região dos Grandes Lagos.

Este facto, permite observar uma dimensão relevante da diplomacia angolana, a utilização do diálogo e da mediação como instrumentos de atuação internacional. Mais recentemente, em julho de 2026, o Ministério das Relações Exteriores de Angola informou sobre encontros de alto nível com a liderança das Nações Unidas, nos quais foram abordados temas relacionados com paz e segurança internacionais, desenvolvimento sustentável e fortalecimento do multilateralismo, podendo ser analisado academicamente não como episódios isolados, mas como parte de forma ampla, como os Estados africanos podem transformar participação diplomática em capacidade estratégica de influência, cooperação e resolução de problemas regionais.

A transformação da diplomacia exige também uma transformação do perfil profissional do diplomata, o diplomata precisa dominar competências tradicionais, mas também desenvolver novas capacidades.

Apesar das suas possibilidades, a diplomacia do século XXI enfrenta desafios significativos como a velocidade da informação pode reduzir o espaço para reflexão diplomática, a Desinformação ou circulação de conteúdos falsos ou manipulados pode prejudicar relações internacionais e aumentar tensões, a Fragmentação que se reflete na existência de múltiplas narrativas capazes de dificultar a construção de consensos, a Inteligência artificial que apesar de criar oportunidades, mas impõe desafios relacionados com confiabilidade, autenticidade e utilização responsável da informação, a Multiplicidade dos actores sendo que os governos já não são os únicos atores capazes de influenciar a agenda internacional, a Crises simultâneas de Conflitos, alterações climáticas, crises económicas, migrações e problemas tecnológicos podem ocorrer simultaneamente, a Crise de confiança uma vez que a diplomacia depende da confiança, enquanto o ambiente internacional contemporâneo é frequentemente caracterizado por desconfiança e competição.

O futuro da diplomacia provavelmente não será definido pela substituição da diplomacia tradicional pela diplomacia digital, será definido pela integração das diferentes dimensões. O diplomata continuará a negociar presencialmente, mas também poderá negociar virtualmente. Continuará a ler documentos, mas poderá utilizar inteligência artificial para organizar grandes volumes de informação. Continuará a representar o Estado perante governos, mas também deverá compreender sociedades, comunidades digitais e actores económicos. Continuará a defender interesses nacionais, mas precisará compreender que muitos problemas contemporâneos são transnacionais. A diplomacia do futuro será, portanto, simultaneamente:

- **Humana e tecnológica;**
- **Nacional e internacional;**
- **Tradicional e inovadora;**
- **Competitiva e cooperativa.**

2.11 AS EMBAIXADA COMO INSTITUIÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DO ESTADO, ESPAÇO DE DIÁLOGO INTERNACIONAL E INSTRUMENTO DE APROXIMAÇÃO ENTRE POVOS

As embaixadas constituem uma das expressões mais visíveis e permanentes da presença de um Estado no território de outro. A sua existência decorre da necessidade de estabelecer canais institucionais de comunicação, representação, negociação e cooperação entre Estados soberanos. Embora estejam formalmente vinculadas aos governos que representam, a sua actuação possui repercussões que ultrapassam o domínio estritamente estatal, alcançando cidadãos, empresas, universidades, organizações da sociedade civil, comunidades culturais e diferentes sectores da vida

económica e social. A função diplomática da embaixada deve, portanto, ser compreendida numa perspectiva ampla. Ela não é apenas um espaço de negociação entre autoridades governamentais; é também uma ponte institucional entre sociedades.

Imagem 9 – Embaixadora de Venezuela em diálogo com Delegado TDF



Fonte: Autor

No plano político e diplomático, a embaixada constitui um canal permanente de comunicação entre o Estado acreditante e o Estado receptor. Por intermédio dela, são transmitidas informações, desenvolvidas negociações, acompanhadas questões de interesse bilateral e promovidas iniciativas destinadas a fortalecer as relações entre os dois países. A diplomacia exige diálogo permanente e, nesse sentido, a existência de uma representação diplomática facilita a construção de relações estáveis, mesmo quando surgem divergências entre os Estados.

No plano consular, a embaixada assume uma dimensão particularmente próxima da vida quotidiana das pessoas. Os cidadãos podem necessitar de assistência quando se encontram no estrangeiro, de documentação, informações, orientações administrativas ou outros serviços consulares previstos pela legislação do respectivo Estado. Assim, a representação diplomática torna-se também um ponto de contacto entre o cidadão e o seu Estado fora do território nacional.

Essa dimensão explica, em grande medida, por que razão determinadas áreas das embaixadas estão abertas ao público. A abertura ao público não significa que todo o edifício seja de livre circulação. As embaixadas possuem áreas de acesso controlado, especialmente aquelas destinadas às actividades diplomáticas, reuniões oficiais, arquivos e informações protegidas. Contudo, os sectores destinados ao atendimento consular e a determinados serviços diplomáticos precisam de estabelecer contacto directo com as pessoas.

Imagem 10 – Diálogo entre formandos TDF e membros da embaixada



Fonte: Autor

A abertura das embaixadas ao público possui, por isso, uma dimensão institucional importante: aproxima o Estado da sociedade. A embaixada como espaço de aproximação entre povos.

A diplomacia moderna não se limita às relações entre governos. As relações internacionais contemporâneas envolvem igualmente empresas, universidades, centros de investigação, organizações culturais, meios de comunicação, organizações não governamentais e cidadãos.

Nesse contexto, as embaixadas podem desempenhar funções de promoção da cooperação económica, científica, académica e cultural. Podem apoiar iniciativas destinadas a aproximar instituições dos dois países, divulgar oportunidades de cooperação, facilitar contactos institucionais e contribuir para o conhecimento recíproco entre os povos.

A cultura ocupa, nesse processo, uma posição relevante. Actividades culturais, exposições, conferências, seminários, intercâmbios académicos e iniciativas relacionadas com a língua e a história podem contribuir para a construção de uma percepção mais profunda sobre o país representado. É neste domínio que a chamada diplomacia pública ganha especial importância: o relacionamento internacional deixa de estar exclusivamente concentrado nos governos e passa também a considerar a comunicação e o relacionamento com as sociedades.

A promoção comercial, a identificação de oportunidades de investimento, a divulgação de informações sobre os mercados e o apoio ao estabelecimento de contactos institucionais podem favorecer a cooperação económica bilateral.

Neste sentido, a embaixada pode funcionar como uma espécie de plataforma de conexão internacional, aproximando interesses públicos e privados dentro dos limites das suas competências diplomáticas e consulares.

As relações entre Estados nem sempre são lineares. Podem surgir divergências políticas, económicas, jurídicas ou sociais. A existência de canais diplomáticos permanentes permite que essas questões sejam discutidas por meios institucionais, reduzindo a possibilidade de que divergências se transformem em rupturas de comunicação. A embaixada representa, assim, a continuidade do diálogo.

Mesmo quando dois países discordam sobre determinada matéria, a manutenção de canais diplomáticos permite que as partes comuniquem, negociem e procurem soluções. A diplomacia não elimina necessariamente as diferenças; procura criar condições para que elas sejam geridas através do diálogo e da negociação.

É igualmente importante afastar a percepção de que a embaixada pertence exclusivamente aos diplomatas. A embaixada pertence à estrutura representativa do Estado, mas a sua actividade possui uma dimensão social evidente. Um estudante pode procurar informações sobre oportunidades académicas; um empresário pode procurar contactos para desenvolver uma parceria; um investigador pode procurar estabelecer cooperação científica; um cidadão pode necessitar de assistência consular; uma instituição cultural pode procurar desenvolver um intercâmbio. Todos esses contactos demonstram que a diplomacia possui uma dimensão humana.

Por essa razão, a qualidade de uma relação diplomática não deve ser observada apenas através dos acordos assinados pelos governos, mas também através das relações que esses acordos ajudam a produzir entre pessoas, instituições e sociedades.

Imagem 11 – Embaixador da Coreia do Sul em Conferencia com TDFIII



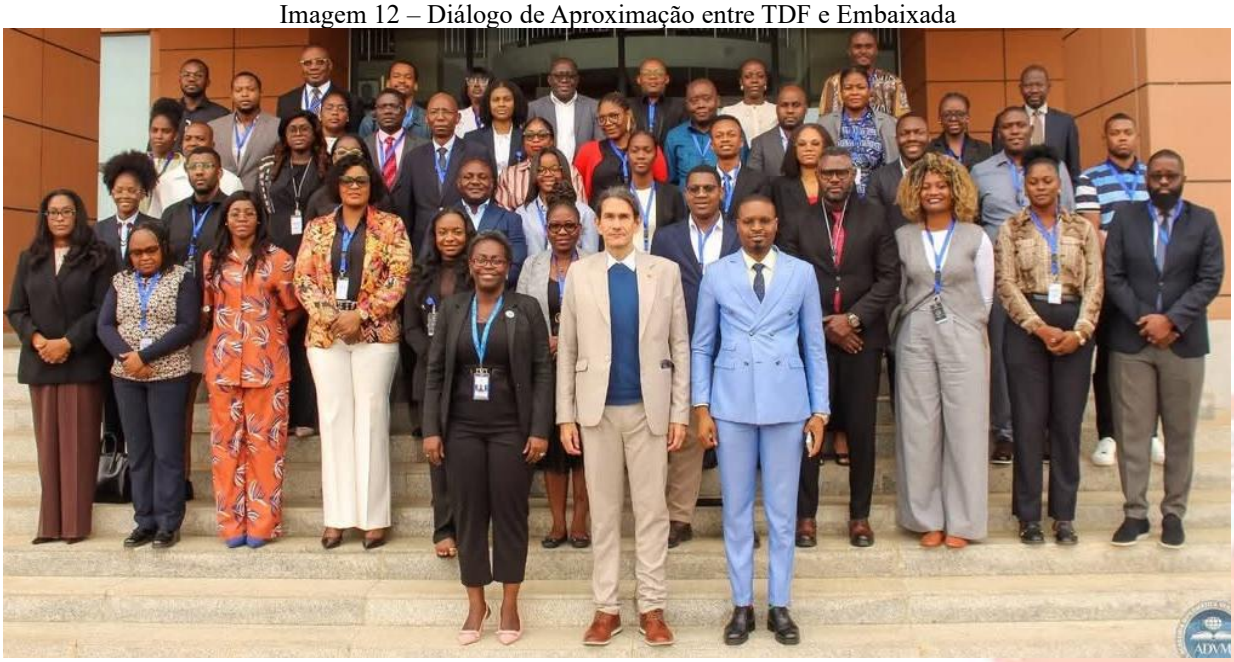
Fonte: ADVM

Para muitos cidadãos estrangeiros, a embaixada pode constituir o primeiro contacto directo com determinado Estado. O comportamento dos seus funcionários, a qualidade do atendimento, a

comunicação institucional, a organização dos serviços e a forma como os cidadãos são recebidos podem influenciar a percepção que as pessoas formam sobre o país representado.

Por isso, o profissionalismo diplomático, a cortesia, a transparência administrativa, o respeito pelos procedimentos e a capacidade de comunicação intercultural são elementos importantes para o exercício da diplomacia contemporânea. Pode-se, portanto, compreender a embaixada através das seguintes funções: de Representar, Comunicar, Proteger, Cooperar e Aproximar.

Imagem 12 – Diálogo de Aproximação entre TDF e Embaixada



Fonte: ADVM

Ela representa o Estado, mantém a comunicação diplomática, presta determinados mecanismos de protecção e assistência consular, promove a cooperação e contribui para a aproximação entre os povos. Assim, quando perguntamos por que razão uma embaixada está aberta ao público, a resposta não deve limitar-se à existência de serviços consulares. A sua abertura traduz também uma característica essencial da diplomacia contemporânea: a política externa deixou de ser uma actividade exclusivamente reservada aos governos e passou a envolver, cada vez mais, as sociedades.

A embaixada encontra-se, portanto, na intersecção entre Estado, diplomacia e sociedade. É simultaneamente um espaço de representação soberana, negociação internacional, prestação de serviços consulares, promoção da cooperação e construção de relações humanas entre diferentes povos.

É nesta perspectiva que a embaixada deve ser compreendida: não apenas como a casa de um Estado no território estrangeiro, mas como uma ponte institucional através da qual Estados e sociedades se conhecem, comunicam, negociam e constroem interesses comuns.

Imagem 13 - Embaixada Sul Coreana na ADVM



Fonte: ADVM

3 DISCUSSÃO

A principal conclusão desta investigação é que Angola dispõe de activos estratégicos que, se devidamente articulados, podem produzir uma influência internacional superior àquela resultante exclusivamente da sua dimensão económica. O país possui três vantagens particularmente relevantes:

- **A primeira é geográfica**: Angola constitui uma plataforma atlântica para a África Central e Austral.
- **A segunda é político-diplomática**: o país possui experiência acumulada na mediação e gestão de conflitos africanos.
- **A terceira é geoeconómica**: o Corredor do Lobito coloca Angola no centro de uma cadeia estratégica relacionada com minerais críticos e conectividade continental.

Todavia, transformar estes activos em poder diplomático exige capacidade institucional. Não basta possuir recursos estratégicos. É necessário possuir instituições capazes de os negociar, proteger e transformar em benefícios nacionais. Nesse sentido, a diplomacia angolana deverá tornar-se mais integrada, baseada em conhecimento, dados e antecipação estratégica.

A análise desenvolvida permite identificar uma transformação fundamental. A diplomacia tradicional concentrava-se predominantemente na pergunta: "Como um Estado negocia com outro Estado?" A literatura recente sobre diplomacia digital demonstra precisamente que as tecnologias digitais não apenas aceleram a comunicação diplomática, mas podem modificar as próprias práticas diplomáticas.

Ao mesmo tempo, a Organização das Nações Unidas continua a destacar o diálogo, a diplomacia e as soluções multilaterais como instrumentos centrais para enfrentar desafios internacionais que nenhum país consegue resolver isoladamente.

Isso conduz a uma conclusão importante: a tecnologia pode transformar a forma da diplomacia, mas não elimina a necessidade da diplomacia. Pelo contrário, quanto mais complexas se tornam as relações internacionais, maior é a necessidade de mecanismos capazes de criar comunicação entre atores divergentes.

4 RECOMENDAÇÕES

Com base na investigação, recomenda-se:

1. Criar uma Estratégia Nacional de Diplomacia Económica, alinhada com as prioridades do desenvolvimento nacional.
2. Reforçar a formação estratégica dos diplomatas, incluindo geopolítica, economia internacional, inteligência, negociação e tecnologia.
3. Institucionalizar a capacidade angolana de mediação de conflitos, criando mecanismos permanentes de diplomacia preventiva.
4. Transformar o Corredor do Lobito numa plataforma de industrialização, evitando que Angola seja apenas um corredor logístico.
5. Criar uma estratégia nacional de diplomacia pública, destinada a melhorar a reputação internacional do país.
6. Desenvolver uma política de diplomacia digital, com utilização responsável de inteligência artificial e análise de dados.
7. Reforçar a cooperação entre MIREX, universidades, centros de investigação, sector privado e órgãos de defesa e segurança.
8. Criar um Observatório de Geopolítica e Diplomacia Estratégica de Angola, destinado a produzir cenários, estudos prospectivos e análises para apoiar a decisão política.
9. Reforçar a diplomacia no Atlântico Sul, aproveitando a posição geográfica e marítima de Angola. Estudos anteriores já defendem a importância do mar como instrumento da política externa angolana.
10. Adoptar uma política externa de equilíbrio estratégico, mantendo relações diversificadas com os diferentes centros de poder mundial.

5 CONCLUSÃO

A diplomacia angolana encontra-se diante de uma oportunidade histórica. A transformação da ordem internacional, a crescente importância geopolítica de África, a competição por minerais

críticos, a necessidade de novas rotas comerciais e o aumento da procura por soluções africanas para problemas africanos criam condições para uma maior projecção internacional de Angola.

O país dispõe de activos relevantes: localização estratégica, recursos naturais, acesso ao Atlântico, experiência diplomática, participação nas organizações africanas e o Corredor do Lobito.

Entretanto, esses activos somente se transformarão em poder internacional efectivo se forem integrados numa estratégia nacional coerente.

O futuro da diplomacia angolana não deverá ser medido apenas pelo número de acordos assinados ou visitas diplomáticas realizadas, mas pela capacidade do Estado de influenciar decisões, antecipar crises, atrair investimentos, defender interesses nacionais, promover a paz e construir uma imagem internacional positiva de Angola.

Neste sentido, a investigação propõe o Modelo de Diplomacia Estratégica Multidimensional de Angola (DEMA), baseado na articulação entre paz e segurança, diplomacia económica, geopolítica, diplomacia pública e tecnologia.

Fica mais que clara, a necessidade de Angola poder transformar a sua posição geopolítica de Estado estrategicamente localizado em verdadeira capacidade de influência internacional, desde que converta os seus activos económicos, diplomáticos e geoestratégicos numa política externa integrada, prospectiva e orientada para o interesse nacional.

A diplomacia angolana poderá, assim, deixar de ser apenas instrumento de representação externa para assumir uma função central na construção do poder nacional e na projecção de Angola como actor estratégico de referência em África e parceiro relevante na nova configuração do sistema internacional.

A diplomacia continua a ser uma das principais instituições para a gestão pacífica das relações internacionais, mas o seu significado está em transformação. O diplomata já não opera exclusivamente entre governos, opera num sistema caracterizado por interdependência económica, comunicação instantânea, transformação tecnológica, multiplicação de atores e crescente complexidade dos conflitos. A diplomacia do século XXI deve, por isso, ser compreendida como um ecossistema estratégico de relacionamento internacional, a sua força não reside apenas na capacidade de negociar acordos, mas sobretudo na capacidade de dialogar antes do conflito, negociar antes de confrontar, confiança quando existe desconfiança e utilizar tecnologia sem perder humanidade.

Para África, a questão possui particular relevância. O continente necessita de diplomacias capazes de defender interesses nacionais e, simultaneamente, participar activamente na construção de soluções regionais e multilaterais.

Para Angola, o desafio consiste em transformar a sua participação diplomática em conhecimento, capacidade institucional, cooperação económica, mediação, projeção cultural e contribuição para a paz e a segurança regional.

Em última análise, a diplomacia não deve ser vista apenas como a arte de evitar guerras. Ela pode ser compreendida como a arte de construir condições para que os interesses divergentes possam coexistir sem transformar a diferença em conflito. Num mundo onde as tecnologias aproximam pessoas, mas também podem aprofundar divisões, a diplomacia recupera uma das suas funções mais essenciais: construir pontes onde outros veem muros.



REFERÊNCIAS

GINGA, Damião Fernandes Capitão. A influência do mar como elemento da política externa angolana: uma diplomacia naval angolana. Revista da Escola de Guerra Naval, v. 26, n. 2, p. 526–555, 2020. (portaldeperiodicos.marinha.mil.br)

JOVITA, João Baptista de. A política externa de Angola e as estratégias atuais. 2017. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) — Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. (repositorio.ufu.br)

KISSACA, Lúcia Kaka. A diplomacia angolana no quadro das organizações regionais africanas pós-guerra civil: a Comissão do Golfo da Guiné e a sua importância geoestratégica na afirmação regional de Angola. 2017. Dissertação de Mestrado — Universidade de Lisboa, Lisboa, 2017. (Repositório da Universidade de Lisboa)

ORRE, Aslak Jangård. Angola's foreign policy & African agenda – Africa's emerging powerhouse? Chr. Michelsen Institute, 2016. (CMI - Chr. Michelsen Institute)

BANO, Muneera; CHAUDHRI, Zahid; ZOWGHI, Didar. The Role of Generative AI in Global Diplomatic Practices: A Strategic Framework. 2023. (arXiv)

RIVERA, Juan-Pablo et al. Escalation Risks from Language Models in Military and Diplomatic Decision-Making. 2024. (arXiv)
Bjola, C., & Manor, I. (Eds.). (2024). The Oxford handbook of digital diplomacy. Oxford University Press.

Di Martino, L., & Ford, H. (2025). Navigating uncertainty: Public diplomacy vs. AI. Place Branding and Public Diplomacy, 21, 350–354.

Gilboa, E. (2024). Public diplomacy from global peace to global conflict. Place Branding and Public Diplomacy, 20, 21–24.

Manor, I. (2024). Whose reality is it anyway? The decline and fall of the common ground in public diplomacy. Place Branding and Public Diplomacy, 20, 48–51.

Mazumdar, B. T. (2024). Digital diplomacy: Internet-based public diplomacy activities or novel forms of public engagement? Place Branding and Public Diplomacy, 20.

Nye, J. S., Jr. (2004). Soft power and American foreign policy. Political Science Quarterly.

Nye, J. S., Jr. (2019). Soft power and public diplomacy revisited. The Hague Journal of Diplomacy, 14, 1–14.

Nye, J. S., Jr. (2021). Soft power: The evolution of a concept. Journal of Political Power, 14(1), 196–208.

United Nations. (2024). International Day of Multilateralism and Diplomacy for Peace.

United Nations (2024). Department of Political and Peacebuilding Affairs. Prevention and mediation.

United Nations (2025). Department of Political and Peacebuilding Affairs. Year in review: Working to tackle global crises and conflict.